

No Início e no Fim da Guerra em Angola

Tenente-general
Victor Manuel Mota de Mesquita



Fiz três comissões de serviço no Ultramar, duas das quais em Angola, melhor dizendo, em Luanda.

Em Outubro de 1955, cheguei a Luanda onde iniciei a primeira comissão, tendo começado a desempenhar as funções de chefe de contabilidade do Quartel-General da Região Militar de Angola.

Posso, pois, dizer que conheci Angola antes da guerra e durante a guerra, não tendo ficado alheio ao ambiente de paz então vivido, muito embora, desde 1957/58 se sentisse que algo de movimentação se passava no exterior, designadamente no Congo Belga, admitindo-se que mais tarde ou mais cedo teria repercussões em Angola.

A confirmação obtive-a ao contactar com a comunidade portuguesa existente em Leopoldville (comunidade, aliás, muito apreciada por belgas e pelos naturais) quando, em Janeiro de 1960, me desloquei àquela cidade integrado numa embaixada desportiva.

Admitia-se que, em consequência das descolonizações verificadas após o fim da 2.^a Guerra Mundial, também o Império Português se veria a braços com problemas que urgia resolver. Era este o sentimento geral que, segundo se dizia, não era estranho ao governo português, avisadamente informado pelas instâncias internacionais e pelos relatórios que, segundo se comentava, lhe eram enviados pelo Comando da Região Militar.

Depois dos acontecimentos verificados na Baixa de Cassange, em Janeiro de 1961, incentivados pelo Partido Solidário Africano, de origem congoleza, não seria difícil adivinhar que algo viria a verificar-se mais amplo e com outras consequências.

Assim aconteceu, em 4 de Fevereiro, com o assalto à Cadeia de S. Paulo de Luanda, à Esquadra da Polícia de Segurança Pública e à Casa de Reclusão de Luanda, com a finalidade da libertação de presos políticos.

Contrariamente ao apropriamento, por parte do MPLA, desta intervenção, o que

aconteceu foi a actuação de grupos clandestinos identificados já em 1959/60 e que haviam sido desorganizados. Ao que constava, estes grupos tinham sido criados pelo padre Manuel das Neves, figura muito conhecida em Luanda.

Como foi natural, estes acontecimentos tiveram um impacto muito grande em toda a cidade de Luanda e muitas foram as pessoas surpreendidas, o que levou a uma reacção descomunal, principalmente nos funerais que ocorreram no cemitério novo, à estrada de Catete, onde se cometeram autênticas barbaridades, quando alguém se lembrou de gritar a aproximação de “turras”.

Estava presente e vi várias pessoas saltar o muro do cemitério, que não era baixo, entrando a multidão em pânico e liquidado negros que se encontravam numa serração em frente do cemitério, sem dó nem piedade, negros que só estavam a assistir às cerimónias.

A partir de então, Luanda deixou de ser uma cidade tranquila e a intranquilidade estendeu-se a toda a Angola, sobretudo quando, em 15 de Março, a UPA, vinda do ex-Congo Belga, invadiu os distritos de Cuanza Norte, Uíge e Zaire, assassinando, à catanada, milhares de pessoas. Falou-se em cerca de 7.000, das quais 1.000 brancos e 6.000 negros.

Começou a guerra, perante a incredibilidade da população, surpreendida e aterrorizada. A reacção foi imediata e desorganizada, numa luta mista de vingança e de sobrevivência.

Ninguém estava preparado para a realidade que se vivia e, também as Forças Armadas, não obstante as informações de que dispunham, esperavam a barbaridade dos acontecimentos.

Antes, por causa da sublevação verificada na Baixa de Cassange, haviam chegado quatro Companhias de Caçadores Especiais e uma Companhia de Polícia Militar, em reforço à guarnição normal.

Em princípios de 1961, a criação de um dispositivo capaz de fazer face aos acontecimentos estava em fase embrionária, dispondo de um efectivo de cerca de 6.500 homens, dos quais apenas 1.500 eram europeus.

Ao eclodir da guerra, o dispositivo militar, designadamente o do Exército, era o de tempo de paz, pelo que, do ponto de vista logístico, e no que ao Serviço de Administração Militar dizia respeito, estávamos praticamente no zero. Havia um Depósito de Material de Intendência em Luanda e a aquisição de víveres era feita por exploração local.

Recordo que nos primeiros tempos, em que a Força Aérea não estava ainda implantada em Angola, foram as aeronaves do Aeroclube de Luanda que fizeram reabastecimentos improvisados e procederam à evacuação dos primeiros feridos. Como era *brevetado* tive a oportunidade de fazer alguns voos utilizando pistas feitas à pressa pelas populações.

A partir de Maio, começaram a chegar as primeiras unidades de Intendência e a organizar-se o dispositivo de apoio às unidades que começaram a operar.

O Depósito de Material de Intendência transformou-se em Depósito Base de Intendência e criaram-se Depósitos Avançados e Destacamentos de Intendência em apoio directo às unidades.

Em Junho, começou a funcionar a Sucursal da Manutenção Militar de Luanda, como Depósito Base de Víveres e, a partir de então, começou a fazer-se regularmente o reabastecimento de víveres, por via aérea para as posições menos acessíveis, e por via terrestre para as restantes, sendo aqui de salientar a importância que teve a utilização de viaturas civis.

Mais ou menos na mesma data, instalou-se em Luanda a Sucursal das Oficinas Gerais de Fardamento.

Quando, em Novembro de 1963, regresssei à Metrópole, Angola tinha o seu dispositivo logístico de intendência a funcionar em pleno, com o apoio natural da retaguarda, consubstanciado na Manutenção Militar e nas Oficinas Gerais de Fardamento.

Entretanto, fiz uma comissão de serviço em Moçambique de Outubro de 1967 a Novembro de 1969 no escalão avançado da Chefia de Intendência em Nampula, e como inspector percorri os sectores operacionais, onde tive a oportunidade de verificar que a doutrina e prática seguidas em Angola haviam sido adotadas naquela Província, funcionando, também, em pleno, não obstante a distância da frente à retaguarda fosse muito maior e obrigasse a alguns ajustamentos.

Quis o destino que voltasse a Angola em 1974 para chefiar a Sucursal da Manutenção Militar e, assim, assistir e participar no fim das hostilidades de uma guerra que estava ganha, contrariamente ao que dizem alguns historiadores.

Ao chegar a Luanda presenciei a intranquilidade com que a havia deixado em 1963, ainda que desta vez com outras características.

Enquanto em 1963, depois de dois anos de esforço titânico na defesa de Angola, se sentia que o esforço não era em vão, perante os sucessos alcançados que se queriam continuar e continuaram, em 1974, as pessoas interrogavam-se: para que foi tanto esforço?

Não se compreendia que ao fim de treze anos de guerra, com esta ganha e com a população europeia, mais do que nunca, com a consciência do dever cumprido, se estivesse a entregar ao abandono o território, regressando à Metrópole apressadamente, sem que houvesse uma entrega planeada, que evitasse a saída de cerca de quinhentas mil pessoas.

Há quem diga que foi a descolonização possível, porém, o nosso passado em África desmente que não fôssemos capazes de fazer outro tipo de descolonização.

As consequências foram desastrosas, não só para os europeus que amavam aquela terra e a consideravam sua, pelas gerações que os antecederam, como também para os naturais que, em consequência, vieram a suportar uma guerra civil de trinta anos que tantos danos lhes causou.

A história ajuizará melhor o que escrevo e que tantos outros têm registado ao debruçarem-se sobre o nosso comportamento.

Mas vamos ao relato da actividade logística no que respeita ao reabastecimento de víveres a partir da Sucursal de Luanda da Manutenção Militar e das suas Delegações de Nova Lisboa e Luso.

Até ao 25 de Abril de 1974, os reabastecimentos decorreram normalmente, não faltando nada às unidades que actuavam em todo o território, sendo que os efectivos da Marinha e da Força Aérea também se socorriam do apoio do Exército, naquilo que não conseguiam obter pelos seus meios.

Conhecido o calendário da descolonização e as várias fases de desactivação das unidades que ocupavam o dispositivo territorial, houve, naturalmente, uma adaptação ao reabastecimento e ao seu progressivo incremento em Luanda, onde as unidades recolhiam até à sua evacuação para a Metrópole.

Não foi fácil a adaptação, sobretudo para as unidades, habituadas que estavam a receber, a tempo e horas, tudo o que requisitavam, e, em especial, porque começou a escassear o que dantes adquiriam localmente.

E, à medida que as unidades recolhiam a Luanda, mais se fazia sentir, também nesta cidade, a dificuldade na obtenção de géneros, tendo-se chegado ao ponto de se estabelecer uma ponte aérea semanal de Lisboa para Luanda.

Tudo seguia nos aviões da TAP para Luanda, inclusive frescos, por forma a que não se verificassem faltas, e a azáfama era tal, quer em Lisboa quer em Luanda, que o pessoal da Sucursal trabalhava até altas horas da noite.

Naquele período, a Sucursal de Luanda tinha mais movimento do que a Sede da Manutenção Militar em Lisboa e ainda tinha a funcionar um Centro de Abate de Gado e a responsabilidade do fabrico de pão para abastecer, diariamente, toda a guarnição de Luanda.

Como se não bastassem todas estas preocupações, debatia-se com a situação de as suas instalações se encontrarem na estrada de Catete, a sete quilómetros de Luanda, sem efectivos militares para a sua defesa imediata, e sujeita a permanentes fogos cruzados entre os movimentos que se guerreavam em Luanda.

Valeu-nos o apoio de um Batalhão de Infantaria estacionado em Luanda a quem

recorriámos sempre que necessário e que fornecia a escolta para o pessoal se deslocar de Luanda para as instalações da Sucursal.

Preocupações de outra ordem começaram a surgir, tais como a da evacuação do pessoal civil, homens e mulheres, cerca de cento e cinquenta pessoas que desde o início do estabelecimento da Sucursal em Luanda se encontravam em Angola.

Tinham os seus haveres, mobílias, carros e família cujo repatriamento havia que preparar.

A par destas preocupações que não podiam de maneira alguma afectar a missão, surgia a dificuldade de evacuar os bens da Sucursal, incluindo alguns artigos não perecíveis.

Não tinha a 4.^a Repartição possibilidades de evacuar o que pretendíamos, como também já não tinha transportes para a evacuação do material da Região Militar.

Resolvemos fretar o navio de carga “Novo Redondo” com grande espanto da Sede, que argumentava falta de competência para tal, e do próprio Comando da Região Militar que acabou, depois, por reconhecer ter sido a salvação para enviar muito do material que, por falta de transporte, teria ficado em Angola.

Mas os problemas não ficaram por aqui.

Por não ter possibilidades de atracar, o navio ficou ao largo e foi o pessoal civil da Sucursal que fez a estiva, primeiro para barcas e depois para o navio. Foram dias extenuantes, pois aproximava-se o embarque de todo o pessoal para a Metrópole, também em avião fretado à TAP.

A carga ficou toda a bordo em 24 e, em 25 de Outubro de 1975, um sábado, regressámos a Lisboa, cansados, muito cansados, mas felizes por termos cumprido o nosso dever.

Estes factos pouco conhecidos, só do conhecimento de quem os viveu, marcou-nos de tal maneira, que, ao longo destes 35 anos, nos temos reunido, em confraternização, civis e militares, todos os sábados mais próximos de 25 de Outubro, para recordarmos aqueles momentos que passaram à história.

* Ex-Director do Departamento de Finanças do Exército.